

ComunicARCE

Informativo mensal da Arce



Planos de Saneamento

Municípios são alertados sobre data limite para finalização

À luz da Lei Federal nº 11.445/2007, que instituiu o marco regulatório do setor de saneamento básico, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – Arce, tem feito um trabalho de conscientização junto às prefeituras cearenses, no sentido de alertar sobre o prazo final de entrega dos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB. Desde a promulgação da lei supra citada, a Arce vem colaborando com os municípios, seja orientando na elaboração dos Planos Municipais, seja revisando os documentos. Conforme o coordenador de saneamento da Agência, Alceu Galvão, a ação é de grande relevância para melhoria do quadro de saneamento básico do Estado. “Considerando que o setor de saneamento depende fundamentalmente de recursos da União, o atendimento a esta obrigação se faz necessário para que os investimentos na área tenham continuidade”. Galvão complementa dizendo que “dada a urgência, não se pode esquecer o PMSB, tendo em vista que somente cerca de 20% dos municípios cearenses dispõem dos referidos planos”.

Dentro dessa ação de conscientização, a Arce acaba de encaminhar ofício aos gestores dos 184 municípios do Ceará, alertando sobre a data limite para finalização dos respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico. Trata-se de iniciativa da coordenadoria de saneamento e do conselho diretor da Arce, juntamente com a Associação dos Municípios do Estado do Ceará – Aprece, Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, Secretaria das Cidades – Scidades, e Ministério Público - MP-CE. A entrega dos planos de saneamento deve ser feita, impreterivelmente, até o dia 31 de dezembro de 2015, sendo condição para o acesso aos recursos orçamentários da União, conforme assinalado no art. 1º do Decreto Federal nº 8.211/2014.

Ainda nesse contexto, a Arce está encaminhando às 28 prefeituras que estão sendo orientadas por técnicos da Agência, relatório sobre as fases de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), relativo ao ano de 2014. Por se tratar da primeira verificação do tipo, feita pelos analistas no tocante aos trabalhos realizados pelas prefeituras, a atividade tem caráter experimental. O objetivo é desenvolver uma metodologia de acompanhamento dos referidos planos e também compartilhar as experiências, além de instruir e orientar os gestores sobre os principais problemas observados. A metodologia empregada na ação leva em consideração a modelagem padrão dos PMSB, tanto na forma quanto no conteúdo, e, ainda, o nível de participação e análise da Arce durante a feitura dos documentos.

Para uma melhor efetividade nas ações, esses 28 municípios foram divididos em dois grupos: o primeiro engloba as cidades de Aratuba, Barreira, Caridade, Croatá, General Sampaio, Graça, Granjeiro, Hidrolândia, Ibicuitinga, Ipaumirim, Monsenhor Tabosa, Morrinhos, Mucambo, Mulungu, Palhano, Paramoti, Poranga, Quiterianópolis, Saboeiro, São Luís do Curu. Já o segundo, reúne as cidades de Altaneira, Barbalha, Cariús, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Santana do Cariri. De acordo com o analista de regulação da coordenadoria de saneamento da Arce, Geraldo Basílio, fora as cidades que já estão com os planos sendo elaborados, a Agência recebeu retorno de outras 40 prefeituras e aguarda o contato de mais municípios.

Outra importante ação de conscientização feita pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará foi a Carta do Cariri. Vinte e quatro mil residências, localizadas nos municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha, receberam correspondência dirigida, cujo teor estimula os moradores a conectarem suas casas à rede de coleta de esgoto. O objetivo é preservar a qualidade da água subterrânea do Cariri, única fonte de abastecimento de água da região. O ato desenvolveu-se em parceria com o Ministério Público do Estado do Ceará – MP-CE, Governo do Estado, Instituto Federal do Ceará – IFCE – Campus Juazeiro do Norte Instituto Trata Brasil, Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, e Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – Cogerh.

Somente em Juazeiro do Norte e Barbalha existem mais de 20 mil residências que poderiam estar ligadas às redes de coleta, mas ainda não estão, seja por falta de informação ou porque as pessoas ainda não se comprometeram em fazer tais ligações. “Um dos grandes desafios para se atingir a universalização dos serviços de saneamento básico no Brasil é conscientizar a população da necessidade de ter as casas interligadas à rede de esgoto”, afirma o analista Alceu Galvão. Segundo ele, “não adianta apenas investir o capital em saneamento, é preciso que a população faça a sua parte no processo e perca a resistência”. O foco da correspondência, endereçada àqueles moradores que ainda não têm suas residências conectadas a rede de coleta, é não apenas sensibilizar, mas também direcionar a população à Cagece, órgão encarregado de fazer a devida ligação.

O movimento dá prosseguimento aos debates fomentados pela Carta do Cariri, tirada a partir de encontro realizado em 2013 com as instituições parceiras. Durante as discussões, observou-se que estudos feitos anteriormente pela Cogerh concluíram que havia uma redução da qualidade da água dos mananciais, indicando claramente a presença de poluentes. Também em abril de 2014, quando o grupo voltou a se reunir, detalhou-se a questão da redução dessa qualidade e discutiu-se a situação do esgotamento sanitário nas cidades que compõem a Região Metropolitana do Cariri, verificando-se que é grande o número de esgotos a céu aberto nas zonas urbanas, o que, segundo os técnicos, aumenta a contaminação da água subterrânea.